



MARCHA CONTRA O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE DA PERIFERIA

Há dois anos 11 pessoas foram assassinadas por grupos de Milícias em Belém! De novembro 2014 até hoje muitos jovens, pretos e de periferia foram mortos, seja pela polícia, seja por assassinos encapuzados que surgem dos famosos carros prata, preto e cinza.

Dos 11 casos 09 foram descartados por falta de autoria, somente dois casos tramitam na Justiça Paraense.

Devido à pressão dos movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos humanos, instalou-se na Assembleia Legislativa do Pará a CPI para apurar a atuação de milícias. O relatório da CPI já trouxe a público o nome de parte da quadrilha. Esses grupos continuam agindo. A mais recente vítima foi o jovem Kayo Nixon Gomes Vilas Boas, de 16 anos, jogador do sub 17 do Clube do Remo.

Não assistimos até agora nenhum pronunciamento público do governador Simão Jatene condenando a existência desses grupos e as chacinas cometidas por eles.

Policiais sérios e respeitadores dos direitos humanos não tem sido valorizados, tem baixos salários e não estão sendo preparados adequadamente para o enfrentamento da violência.

O Movimento DIREITO HUMANOS, CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA VIDA (DHAVIDA), constituído de diversas organizações e movimentos sociais, além da participação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Pará, diante desse quadro de violência e da insuficiência de diálogo por parte do Governo do Estado, vem a público denunciar as omissões, ausências e a impunidade e apresentar 10 demandas para o debate com a sociedade paraense e as autoridades públicas.

1. Construção e implementação, de forma participativa e com gestão democrática e controle social, do *Plano Estadual de Segurança Pública e Cidadania*, tendo como referência o PRONASCI – Programa Nacional de segurança pública e Cidadania, até o final de 2017.
2. Construção e implementação, de forma participativa e com gestão democrática e controle social e em caráter de urgência, do *Plano Estadual de Enfrentamento ao Homicídio e Outras Violências Contra a Juventude*, com absoluta prioridade à jovens negros e de baixa renda.
3. Formação e a valorização dos profissionais de segurança pública adotando medidas tais como: estender o curso de formação de oficiais e praças da polícia militar por pelo menos 2 anos; implementar o plano de carreiras, cargos e salários e garantir acesso à habitação, respeitado critérios e normas especiais.
4. Constituição do *Observatório Estadual de Combate a Violência Policial, à Atuação de Grupos de Milícias, à Discriminação Racial e Outras Violências Contra a Juventude*, no âmbito da Ouvidoria Pública.

5. Autonomia financeira da Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública.
6. Autonomia da Corregedoria da Polícia Militar e incremento da autonomia da Corregedoria da Polícia Civil.
7. Encaminhar à Assembleia Legislativa Projeto de Lei pondo fim aos Autos de Resistência no âmbito do Estado.
8. Em todos os procedimentos de uso da força policial que resulte em óbito, sejam abertos pelas corregedorias correspondentes os procedimentos investigativos e administrativos para a apuração e posteriores medidas legais e administrativas contra o autor direto do homicídio e o comandante imediato da operação.
9. Indenização de todas as famílias de vítimas de homicídio e de invalidez permanente de autoria de policiais civis ou militares condenados penal ou administrativamente por terem cometido tais atos.
10. Imediato Estabelecimento de parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Justiça e Polícia Federal, para combater a atuação de milícias no Estado e federalização dos casos de grave violação dos direitos humanos que afetaram essas 11 famílias

Belém (PA), 17 de novembro de 2016



Direitos Humanos, Contra a Violência e pela Vida!